

UM MODELO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

(Manual brasileiro para a compreensão e o
desempenho das tarefas de assistência
técnica aos povos em ascensão)

Alcides Abreu
Professor do CPGD-UFSC

Resumo

A proposta pretende gerar um modelo brasileiro de assistência técnica para o apoio ao desenvolvimento dos Países Africanos de Expressão Portuguesa. O documento a produzir será verdadeiro manual brasileiro para a compreensão e o desempenho das tarefas de assistência técnica aos povos em ascensão. A proposta se insere em projeto mais amplo, em execução pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina: - Programa Brasileiro de Cooperação ao Desenvolvimento dos Estados da África Subsaariana (PROJETO ÁFRICA). Alguns estudos acadêmicos (dissertações de mestrado) foram e estão sendo escritos dentro do Projeto África. A proposta recobre a temática do produto final pensado para o Projeto África.

A assistência técnica é entendida como um processo de difusão de tecnologia, de que a *construção institucional* é um método. O Brasil tem e precisa desenvolver e aplicar o seu potencial de solidariedade aos Povos de Expressão Portuguesa. O manual a criar será instrumento de abordagem e prática da assistência técnica por pessoas ou grupos que venham a constituir as equipes brasileiras em ação no exterior para o desempenho das tarefas de cooperação. O modelo e o manual emergem como síntese de avaliações do Brasil e dos Países Africanos considerados e

como resultado da decodificação da teoria da construção institucional. Bibliografia e levantamentos empíricos apoiarão a elaboração do estudo que estará concluído em doze meses. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil conhece e apoia o Projeto África.

Proposta:

Um Modelo brasileiro de assistência técnica ao Países Africanos de Expressão Portuguesa (manual para a compreensão e o desempenho das tarefas de assistência técnica aos povos em ascensão).

Concepção

A proposta é concebida como etapa final de um projeto mais amplo em execução pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (PGD-UFSC).

O Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC é credenciado pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer C.F.E. nº 6692/78, homologado pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura. (D.O.U.-Seção I-de 13-12-78). Na Região Sul é o único Curso no gênero, e deverá assim permanecer no âmbito das instituições federais. O Curso recebeu o primeiro contingente de alunos em 1973.

O PGD-UFSC está estruturado em duas áreas de concentração: ⁽¹⁾ - Instituições Jurídico-Políticas e ⁽²⁾ Diplomacia e Relações Internacionais.

O Curso adota três linhas básicas de pesquisa:

(1) - *no campo interno* - Contribuição para a formação de modelos Político-Jurídicos;

(2) - *no campo externo* - Contribuição para a formação do modelo brasileiro de ação externa e, especialmente, do Programa brasileiro de cooperação ao desenvolvimento dos Estados da África Subsaária (Países de Expressão Portuguesa);

(3) - campo metodológico - Pesquisas metodológicas de base, visando a desenvolver os objetivos do campo interno e externo.

As pesquisas engajam professores e alunos.

As pesquisas no campo externo convergem para a obtenção de um modelo brasileiro de ação externa, através processo de estudos contidos na temática a seguir especificada.

IV.2.1 Contribuição para a formação do modelo brasileiro de ação externa:

A ordem internacional vigente e a necessidade e arquitetura de uma ordem internacional. O papel das organizações internacionais.

Conceito estratégico do Brasil para uma ação externa. Projeção das necessidades básicas do país. Enunciação dos óbices. Avaliação da capacidade do Poder Nacional. Interpretação e definição política dos problemas nacionais. Rumos para a presença e ação externas. Áreas estratégicas para a ação externa. Medidas de fortalecimento do Poder Nacional para a ação externa.

O espaço brasileiro (físico, político, econômico, cultural, de segurança)- Crescimento para dentro e para fora: conseqüências. Até onde vão os interesses brasileiros. Os círculos da presença e da expansão.

Os modelos de ação externa. Modelos multilaterais. Modelos intergovernamentais. Modelos supranacionais. Modelos unilaterais. Modelos significativos: USA, URSS, Japão, França, Canadá. Os Modelos do Terceiro Mundo: OPEP. Não alinhados. Os multinacionais.

As formas concretas da ação externa. Forma de cooperação (ajuda, comércio internacional, financiamentos). Instrumentos de cooperação. Formas de pressão (ideologia, violência, “boycott”, isolamento, marginalização, etc.). A ajuda multilateral e bilateral. O voluntariado para a ajuda.

IV.2.2 Programa Brasileiro de Cooperação ao Desenvolvimento dos Estados da África Subsaária (Países de Expressão Portuguesa):

Há duas direções de estudo: uma, que se poderá designar *de instrumental ou básica*, e outra, de aplicação. A direção instrumental pretende colocar *os fundamentos* para a política e a ação externas do Brasil. A direção de aplicação quer gerar um modelo objetivo para a ação externa concreta do Brasil - Dessa idéia surgiu, então, a temática do Programa Brasileiro de Cooperação ao Desenvolvimento dos Estados da África Subsaária (Países de Expressão Portuguesa) -*Projeto África*. O Projeto África é, pois, uma atividade de pesquisa do PGD-UFSC. Vincula-se, especialmente, às cadeiras da área de concentração:

-Diplomacia e Relações Internacionais -As disciplinas que integram esta área são: Organizações Internacionais, Economia Internacional, Política Internacional, Direito Diplomático, Direito Internacional Marítimo e Seminário de Relações Internacionais.

O Ministério das Relações Exteriores conhece o Projeto desde 1977 (Anexo nº1) e expressou, através do Ministro de Estado de então, Embaixador Antônio Francisco Azevedo da Silveira, a intenção de prestar “na área de consulta e informação, a cooperação possível”.

Quando concebido, o Projeto África reunia como fundamentos: a magnitude nacional (o significado planetário crescente do Brasil)

O entendimento da África. Significado estratégico do continente Africano para o Mundo e o Brasil em particular. Perspectivas africanas. O mundo visto da África. O “background” africano para a presença e a ação brasileiras: demografia, ecologia, economia, política, cultura, segurança. Organizações Africanas.

O entendimento da África de Expressão Portuguesa. Significado estratégico da África de Expressão Portuguesa para o Brasil. Demografia, ecologia, economia, política e cultura da África de Expressão Portuguesa. A independência da África Portuguesa.

O Atlântico Sul. O Atlântico Sul como espaço estratégico-político. Envolvimento brasileiro na definição e consolidação deste espaço: implicações da ação e da inatividade. Pragmatismo, convivência pacífica, “détente”. Compromissos brasileiros com um estilo democrático e libera) de vida.

Balanco da presença e da ação externa do Brasil. Diplomacia brasileira: aspectos quali-quantitativos, A organização da diplomacia brasileira. Modo brasileiro de atuação externa. Planos, programas e projetos em curso. Avaliação da presença diplomática na África. Ação brasileira no Continente Africano, particularmente na África de Expressão Portuguesa.

Balanco da presença e ação mundial na África Subsaariana. A presença da Europa, França, Inglaterra, Bélgica. A “intromissão” da China, da URSS, de Cuba, dos (JSA. Programas multinacionais e nacionais de ajuda aos Países da África Subsaariana. Os modelos da ONU, OEA e outros.

O modelo brasileiro para a presença e a ação na África Subsaariana. Ação ou inação? Componentes do modelo (demográficos, ecológicos, econômicos, políticos, culturais e de segurança). Formas de presença e de ação. Planejamento e orçamentos.

(2) - a importância da África para o exercício internacional do Brasil, reunidos em argumentos assim condensados:

a) - “Argumentos biossociais. Elegem-se aqui, como mais significativas, as referências a seguir:

1 - *Volume da População africana* (330 milhões em 1968; 770 milhões no ano 2000), capaz de se constituir em mercado ascendente à diversificada e crescente produção nacional.

2 - *Juventude e nível de conhecimento e de renda das populações africanas* que sugerem a necessidade de programas intensivos de educação e de fomento econômico, para cuja impulsão a experiência brasileira dos últimos anos é extremamente válida.

3 - *Vínculos sanguíneos que ligam a População brasileira à africana.*

b) - Argumentos ecológicos Destacam-se aqui, como mais imediatamente visíveis, os dados a seguir:

1 - *O tribalismo em busca da afirmação nacional* que faz ainda da África um continente de disputas intestinas e foco potencial de conflitos mais abrangentes, com repercussão eventual sobre o Brasil.

2 - Urbanização retardada mas em processo que gera oportunidades amplas de cooperação e participação externas.

c) - Argumentos econômicos

Dois argumentos sintetizam aqui as colocações:

1 - *A complementariedade econômica* seja pela larga possibilidade de fornecimento de matérias primas ao Brasil, seja pela importação de mercadorias e serviços brasileiros.

2 - *A expansão da fronteira econômica nacional* pela abertura à economia brasileira de um novo espaço, capaz ele de alimentar o processo interno de expansão e ascensão a novos patamares de riqueza.

d) - Argumentos culturais

Coloca-se sob este título o elenco dos argumentos a seguir:

1 - *Os vínculos lingüísticos e simbólicos* que aproximam com relativa intensidade a cultura brasileira da africana.

2 - *Os vínculos éticos e ideológicos* que simplificam a abordagem pelos brasileiros dos problemas africanos.

Os estágios científicos e tecnológicos vencidos recentemente pelo Brasil e ainda não alcançados pela África viabilizam a oportunidade da transferência de ciência-tecnologia em doses e níveis de absorção mais fácil para os países recipiendários.

e) - Argumentos de segurança

Dois argumentos centrais se põem aqui como mais enfáticos:

1 - *O fato de o Atlântico Sul* comportar toda uma estratégia de segurança ou mesmo uma geopolítica, baseada de um lado substancialmente no Brasil e do outro lado em África.

2 - *A presença na África de influências políticas possivelmente hostis ao Brasil* impõe ao País atitudes preventivas voltadas para a Segurança Nacional.

f) - Argumentos políticos

Da análise sumária relevam os argumentos políticos que se levantam a seguir:

1 - *O significado político da África*. No início de 1976, dos 141 Países Membros da ONU, 41 (29,1%) eram da África Negra e 6 (4,3%) da África Árabe. 33,4% dos votos na ONU são de Estados Africanos. A articulação da África talvez possa ser uma tarefa brasileira. A multipolarização do Poder Mundial tem na África um substrato expressivo.

2 - *Entre o Atlântico e o Índico e pelo Mediterrâneo às bordas da Europa*, África é um continente que apenas nasceu para a vida internacional no, recentes. A ascensão brasileira no panorama planetário se fará simultaneamente com a participação maior da África nas decisões mundiais. presença brasileira na África tende a gerar efeitos benéficos recíprocos na formulação e na prática de nova ordem internacional.

3 - *Entre as ideologias dominantes, a África ainda não realizou a opção final*. A participação brasileira no processo de afirmação nacional de Países Africanos deitará raízes para o estabelecimento de um enfoque comum quanto à problemática mundial dos anos próximos.

4 - *No conflito Norte-Sul, entre a riqueza e a pobreza, a África Negra, agressivamente retardatária por várias circunstâncias, tende a ser o cenário mais privilegiado do exercício das solidariedades*. O Brasil pode candidatar-se a ser um canal de entrada das ajudas multilaterais para a formulação e a implementação de planos e programas de desenvolvimento de determinados Países Africanos.

Os argumentos que se leram não exaurem, evidentemente, a matéria. Ordenados e sintetizados geraram a convicção de que o tema era relevante para fundamentar o trabalho de pesquisa em nosso Curso de Pós-Graduação em Direito.”

Estas colocações permanecem atuais em 1980.

Vale ainda acrescentar que a África é continente prioritário nas relações internacionais do Brasil.

O discurso do Presidente Ernesto Geisel, em 19 de Março de 1974, perante o Ministério, assinalava:

“Assim, no campo da “política externa”, obedecendo a um pragmatismo responsável e conscientes dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, *daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar*:

Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais

atualizada de que não dispomos ainda, fazendo para tanto, com prudência e tato mas com firmeza, as opções e realinhamentos indispensáveis”.
(o *grifo é nosso*).

Estas Diretrizes se mantêm no Governo do Presidente João Figueiredo, em cuja Mensagem ao Congresso Nacional, em março de 1980, lê-se o que aparece ao lado.

No tocante ao continente africano, cujos povos têm com os brasileiros tantas e tão importantes afinidades, está se abrindo nova etapa em nossas relações. Estão retomados os contactos e forjados vínculos de confiança com as nações africanas. Agora, devemos rapidamente operacionalizar nosso relacionamento. Especialmente com as nações de língua comum - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - estamos passando a uma fase mais produtiva, como evidencia a aceleração de contactos, visitas e entendimentos, verificada nos últimos doze meses. O Brasil manteve firme posição no que diz respeito aos problemas da instalação de um verdadeiro regime de maioria no Zimbábue e da autodeterminação e independência da Namíbia. Com o previsível ocaso dos problemas característicos da época colonial, novas questões começam a desafiar países africanos; conseqüentemente, novos campos de cooperação estão sendo identificados, como indica, por exemplo, a vinda ao Brasil, no ano de 1979, de um total de 18 delegações só da Nigéria. O Brasil confia em que seu relacionamento com esses países se vai colocando em bases sólidas, fraternas e mutuamente benéficas. Para tanto, prossegue o esforço de ampliação da rede de Missões diplomáticas brasileiras no continente africano, havendo sido criadas, em 1979, as Embaixadas do Brasil em Lomé e Dar-Es Salaam. A visita, a nosso País, do Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, bem ilustrou o espírito que anima o novo relacionamento do Brasil com os países africanos.

Ademais, as ações concretas do Governo Brasileiro na África, a seguir listadas, são denotadoras da preocupação do Brasil em consignar ostensivamente a sua presença em África:

1- O rápido reconhecimento dos Governos Instaurados após a independência dos Estados de Expressão Portuguesa;

2 - A designação de embaixadores de carreira, altamente qualificados, para os postos de Maputo, Luanda e Guiné-Bissau;

3 - O “esfriamento” das relações com a República da África do Sul;

4 - A expansão do intercâmbio comercial com a África Francófona e Anglofônica (US\$ 30 milhões em 1972 e US\$ 836 milhões em 1976);

5 - A aquisição pelo Banco do Brasil S.A. de uma fração significativa do capital do “Banque Internationale de l’Afrique Occidentale” que opera em diversos países do Continente Africano;

6 - A viagem do Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa, a oito países da África Ocidental em outubro/novembro de 1972 (Costa do Marfim, Gana, Togo, Dhomey, Congo-Kinshasa, Camerun, Nigéria, Senegal e Gabão);

7 - A assinatura, ao longo da viagem do Ministro Gibson Barbosa, de dezessete acordos bilaterais;

8 - A adoção pelo Itamaraty de dois grandes projetos:

8.1 - Programa de Ações em proveito dos Países em vias de desenvolvimento, de março 1977, centrado na assistência brasileira a Estados que apresentam maior interesse nos planos econômico e político, ou seja aos Países da costa ocidental da África e os de expressão portuguesa.

8.2 - Fórum de Cooperação Brasil-Africa, em Abidjam, ao qual foram convidados.

a) - Os Países-Membros da ‘Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental’ - C.E.D.E.A. - (Benin, Guiné-Bissau, Alto Volta, Libéria, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leone, Togo, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Konakry).

b) - O Gabão, o Camerun, o Zaire;

c) - Os cinco Países lusofonos;

d) - A Organização da Unidade Africana;

e) - As Agências das Nações Unidas: P.M.U.D., F.A.O., O.N. U. D. I,

f) - O “Banque Internationale de l’Afrique” Occidentale” - B.I.A.O.;

g) - A Federação das Câmaras de Comércio da África Ocidental; dental;

9- A manifestação do Ministro Antônio Francisco Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores, em março de 1976, quando presidia na Capital Federal Brasileira à reunião da Comissão Mista Brasil Senegal: “O Brasil não pretende entrar em competição com a cooperação dos países desenvolvidos, mas trazer-lhes elementos complementares”.

10 - A viagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, a vários países africanos.

Objetivos

O objetivo geral do “Projeto África” é criar um modelo brasileiro para a ação externa do País na África “Subsaariana, especialmente nos Países Africanos de Expressão Portuguesa.

São corolários do projeto:

- a) A qualificação de pessoal em assuntos africanos, com vistas ao exercício em África;
- b) a geração de um programa operacional de ação em um dos Estados Africanos de Expressão Portuguesa, para execução pela UFSC;
- c) a constituição de um Centro de Documentação e de Estudos Africanos na UFSC.

O objetivo específico desta proposta é *o de desenvolver um modelo brasileiro de assistência técnica aos Países Africanos de Expressão Portuguesa*. Trata-se, na verdade, de produzir um “manual” brasileiro que inclua as soluções aos problemas da cooperação internacional, quando esta se dê sob a modalidade de assistência técnica direta a País Estrangeiro. O manual poderá ser o instrumento de abordagem e prática de assistência técnica por pessoas ou grupos que venham a constituir as equipes brasileiras em ação no Exterior para o desempenho das tarefas de solidariedade aos povos em ascensão.

Não se conhece documento brasileiro que recubra o objetivo desta proposta. Isto dá ao trabalho alguma originalidade.

A literatura disponível possibilita o estabelecimento do conceito de assistência técnica. Veja-se um desses conceitos ⁽¹⁾:

(1) Guide for team Leaders in technical assistance projects, Agency for International Development, Washington, D.C., 1973.

“Technical assistance” or “technical cooperation” are terms for the process through which more developed and less-developed countries collaborate to develop needed skills and attitudes in the less developed countries and to create and support in those countries the institutions necessary for social, economic and political growth. Technical assistance is sometimes distinguished from capital assistance, which in the main provides equipment and construction materials and services or sets up development banks, though some technology transfer may also be part of capital assistance projects. Technical assistance emphasizes the transfer of skill and information and the creation of attitudes and patterns of behavior which render the skills and information functional. To promote national development, these are transferred not to random individuals but to persons in organizations, institutions or other functional groupings. In the latter half of the twentieth century, most technical assistance involves intergovernmental programs, financed largely with public funds.

Pode-se assimilar a assistência técnica à difusão de tecnologia- Uma das modalidades de difusão das tecnologias poderá ser através da *construção de instituições* no país recipiendário.

O desenvolvimento, sabe-se, envolve, entre diversos Outros ingredientes, a introdução de mudanças deliberadamente planejadas e implementadas. Muitas destas mudanças devem ser introduzidas e suportadas por organizações formais. Quando, numa sociedade, se decide criar uma organização nova ou remodelar uma antiga, espera-se que a nova organização sustente um tipo específico de inovação nessa sociedade. Desse modo, a teoria da construção institucional será utilizada para a consecução do propósito do trabalho.

O estudo proposto é, de certo modo, culminante do “Projeto África”. Já foram objeto de dissertações de mestrado:

- (1) - Conceito estratégico do Brasil para uma ação externa;
- (2) - O Atlântico Sul;
- (3) - Avaliação da presença diplomática brasileira na África (Governo Jânio Quadros até 1977).

Em preparo se encontra “A África Subsaariana após a descolonização”. A dinâmica das relações brasileiras com a África Portuguesa estaria indicando a conveniência de se dispor de modelo que pudesse melhor instrumentar a presença efetiva do Brasil nos Países Africanos de Expressão Portuguesa. *Metodologia*

Para se atingir o propósito pretende-se seguir o roteiro a seguir:

MAPA DAS PRETENSÕES BRASILEIRAS NA ANTÁRTICA
 BASEADAS NO DIREITO DE DESFRONTAÇÃO,
 EXTRAÍDO DA REVISTA ARGENTINA ESTRATEGIA.

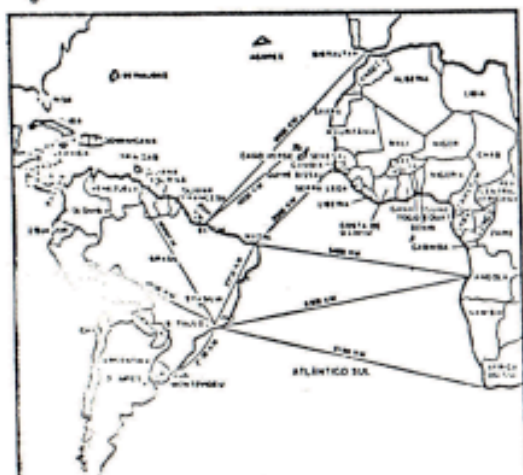


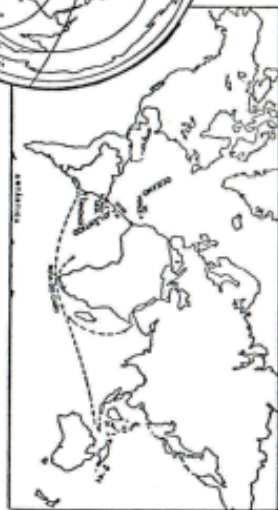
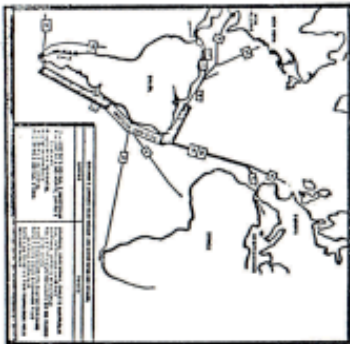
REFERÊNCIAS

— LIMITE LESTE DE ZONA DE SEGURANÇA DO T.I.A.R.

▨ PROVÁVEL REIVINDICAÇÃO DE UM SETOR ANTÁRTICO PARA O BRASIL

▾ ANTÁRTICA ARGENTINA





MAP OF THE WORLD SHOWING MAJOR SHIPPING ROUTES

1 - Estudo sucinto de relações internacionais.

Modo brasileiro de relacionamento internacional, especialmente com a África.

2 - Estudo e avaliação sumária de modelos de cooperação multilateral e bilateral. Modo brasileiro de cooperação bilateral, especialmente com a África. Balanço dessa cooperação com a África de Expressão Portuguesa.

3 - Avaliação do potencial brasileiro de cooperação com a África considerada. O significado da atualização desse potencial para o Brasil. A compulsão brasileira de se voltar para o ambiente externo.

4 - Estudo e avaliação geral e sumária do Continente Africano.

5 - Estudo e avaliação dos Estados de Expressão Portuguesa na África.

6 - Estudo e avaliação da receptividade de Programas Brasileiros de Cooperação nos Estados Africanos de Expressão Portuguesa.

7 - A proposta de modelo: a teoria da construção institucional. Decodificação da teoria. O contexto e a função do líder de assistência técnica. O líder e a construção institucional. O líder como conselheiro. O líder como gerente de recursos externos. O líder e o grupo liderado de assistência técnica. O líder e as agências externas: o governo recipendiário. Treinamento de pessoal de assistência técnica. Avaliação de projetos. Preparação do líder de grupo e de integrantes de grupo de assistência técnica: preparação para o papel e preparação para o trabalho e vida no país recipendiário.

8 - Os dados atuais e o conhecimento da situação política, econômica, social e cultural dos Estados considerados serão obtidos *in loco*, em viagem de estudos, pré-programada com as Embaixadas Brasileiras nesses Países.

O trabalho será executado ao longo de doze meses.

Disponibilidade de dados

O “Projeto África” dispõe de um acervo de recortes (ao redor de cinco mil) que contém toda a seqüência dos fatos e episódios da independência dos Estados de Expressão Portuguesa na África. Aí, não haverá problemas. Os dados do Itamaraty úteis são obtíveis quando ainda não disponíveis no Curso de Mestrado.

O proponente esteve em Angola e Moçambique, antes da independência, e coletou dados. Dispõe ainda de documentos que expressam a situação sócio-econômico destes Estados, no momento da independência. As avaliações quantitativas indispensáveis ao propósito do tema não constituem preocupação ao proponente. As avaliações qualitativas podem, igualmente ser alinhadas. As disciplinas Economia Internacional e Política Internacional de domínio do proponente são dotadas de volume razoável de dados sobre o Brasil, habilitando, assim, a exercícios muito apropriados no interesse da proposta.

Bibliografia

A bibliografia é relativamente rica. Em utilização pelo proponente estão obras e títulos correntes, nacionais e estrangeiros, utilizáveis para a execução da proposta. Ao longo da implementação da tarefa e, sobretudo quando da viagem de estudos, a lista bibliográfica será ampliada ao nível das necessidades e conveniências.

Aparece a seguir a

Bibliografia Sumária

DEUTSCH, Karl. Análise das relações internacionais. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1978.

CARVALHO, Delgado de. Relações internacionais. Rio. Record.

STOESSINGER, John G. O poder das nações. São Paulo. Cultrix.

SOARES, Teixeira. O Brasil no conflito ideológico global. Rio. Civilização Brasileira. 1980.

Encontros Internacionais da UnB. Alternativas políticas econômicas e sociais até o final do século. Editora Universidade de Brasília. 1980.

SILVA, Golbery do Conto e. Geopolítica do Brasil. Rio. José Olímpio 1967.

MATTOS, Carlos de Meira. A Geopolítica e as projeções do poder. Biblioteca do Exército. Rio. 1977.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. O Estado e as relações Internacionais. Editora Universidade de Brasília. 1979.

LAFER, Celso. O estudo das relações internacionais. Centro de Documentação Política e Relações Internacionais. Universidade de Brasília.

- AJALA, Adekunle. Pan - Africanism. Londres. Lowe & Brydone. 1974.
- KAMARCK, Andrew M. A economia da África. Lisboa. Don Quixote. 1971.
- HERSKOVITS, M.J. L'Afrique et les africains. Paris. Payot. 1965.
- CORNEVIN, Robert. L'Afrique noire de 1919 à nos jours. Paris. Presses Universitaires de France. 1973.
- WHEELER, Douglas L. e PÉLISSIER, René. Angola. Londres. Pall Mall. 1971.
- SPINOLA, António de. Portugal e o futuro, Rio. Nova Fronteira. 1974.
- CORRÊA, Sônia e HOMEM, Eduardo. Moçambique. Rio. Margem. 1977.
- CASCUDO, Fernando Luís da Câmara. Angola. Rio. Bloch. 1979.
- AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT - A framework for U.S. assistance programs in Southern África Washington, D.C. 1977. A framework for U.S. assistance in Southern África: Country Resource Paper Angola & Mozambique, 1977.
- MOREIRA, Adriano. A comunidade internacional em mudança. São Paulo. Resenha Universitária. 1976.
- AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. A guide for team leaders in technical assistance projects. Washington, D.C. 1973.
- Proceedings of the Regional Conference on Institution Building. Washington, D.C. 1973.
- GEVAERD, Carlos José. Conceito estratégico do Brasil para uma ação externa. (Dissertação de Mestrado, CPGD - UFSC).
- GRILLO, Vera Teresinha de Araújo. Avaliação da presença diplomática brasileira na África (1977-1981) (Dissertação de Mestrado, CPGD - UFSC).
- BARRETO, Cyro. O Atlântico Sul como esforço político-estratégico (Dissertação de Mestrado, CPGD - UFSC).